

Mobitech Locadora de Veículo S.A.

CNPJ/MF nº 19.091.996/0001-16

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - 3º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,

Submetemos à vossa apreciação o Relatório de Administração da Mobitech Locadora de Veículos S.A. e as correspondentes Demonstrações Financeiras, juntamente com o Relatório do Auditor Independente, referente ao exercício de 31 de dezembro de 2024.

AGRADECIMENTOS

Registramos, mais uma vez, nossos agradecimentos aos corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades. São Paulo, 12 de fevereiro de 2025

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023	Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Circulante de operações descontinuadas		64.848	240.382	Circulante de operações descontinuadas		266.920	463.871
Caixa e equivalentes de caixa.....	7	11.533	6.412	Contas a pagar.....		13.367	27.417
Ativos financeiros				Obrigações a pagar.....	16	12.172	26.078
Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado.....	8.1	7.059	104.623	Impostos e encargos sociais a recolher ...		402	178
Contas a receber de clientes.....	9	24.952	56.524	Encargos trabalhistas.....		793	1.045
Impostos e contribuições a recuperar.....		5.887	6.229	Impostos e contribuições.....		-	116
Despesas antecipadas.....		-	2.696	Passivos financeiros.....	17	253.553	432.397
Bens à venda.....	10	15.307	56.874	Passivo de arrendamento.....	19	-	4.057
Outros ativos.....		110	7.024				
Não circulante de operações descontinuadas		179.498	706.584	Não circulante de operações descontinuadas		2.017	457.698
Realizável a longo prazo.....		160.285	52.183	Obrigações a pagar.....	16	150	193
Ativos financeiros				Passivos financeiros.....	17	-	446.149
Aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado.....	8.2	159.800	51.381	Imposto de renda e contribuição social diferidos.....		38	34
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	11	481	477	Provisões judiciais.....	18	1.829	11.322
Outros valores e bens.....		4	325				
Imobilizado.....	12	19.213	646.584	Patrimônio líquido		(24.591)	25.397
Intangível.....	13	-	4.610	Capital social.....	20	269.520	239.250
Ativo de direito de uso.....	14	-	3.207	Reservas de lucros.....		(882)	(797)
				Ajuste de avaliação patrimonial.....		226	(13.462)
				Prejuízos acumulados.....		(293.185)	(199.594)
Total do ativo.....		244.346	946.966	Total do passivo e patrimônio líquido..		244.346	946.966

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022		184.250	(606)	(14.147)	(36.003)	133.494
Aumento de capital - AGE 22 de dezembro de 2023.....		55.000	-	-	-	55.000
Reconhecimento pagamento em ações.....		-	515	-	-	515
Ganhos e perdas atuariais.....		-	-	25	-	25
Resultado com "hedge" de fluxo de caixa.....		-	-	660	-	660
Prejuízo do exercício.....		-	-	-	(163.591)	(163.591)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		239.250	(797)	(13.462)	(199.594)	25.397
Aumento de capital - AGE de 23 de janeiro de 2024.....	20	30.000	-	-	-	30.000
Reconhecimento pagamento em ações.....		-	440	-	-	440
Ações outorgadas.....		-	(525)	-	-	(525)
Ganhos e perdas atuariais.....		-	-	1	-	1
Resultado com "hedge" de fluxo de caixa.....		-	-	13.687	-	13.687
Prejuízo do exercício.....		-	-	-	(93.591)	(93.591)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		269.250	(882)	226	(293.185)	(24.591)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Mobitech Locadora de Veículos S.A. ("Mobitech" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, localizada na Alameda Barão de Piracicaba, 740 - 3º andar/ parte, Campos Elíseos - São Paulo - SP e tem por objeto social, o desenvolvimento das seguintes atividades: (a) o aluguel e a terceirização de veículos ou frota de veículos; (b) serviços de identificação de público alvo e a atuação como prestadora de serviços para obtenção de créditos e financiamento ao consumo, para pessoas físicas e jurídicas, junto às entidades oficialmente credenciadas; (c) serviços de encaminhamento de pedidos de financiamento ao consumo às instituições especializadas; (d) serviços de análise de crédito e de cadastros ao consumo; e (e) serviços de processamento de dados, inclusive das operações pactuadas por instituições financeiras. As atividades acima relacionadas serão descontinuadas conforme nota 2.2. A Companhia é controlada direta da Porto Seguro Serviços e Comércio.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 12 de fevereiro de 2025.

2.2 CONTINUIDADE

Em 2024 a Companhia incorreu em prejuízo de R\$ (93.591) e, conforme balanço patrimonial nesta data, o passivo circulante excedeu o total do ativo circulante em R\$ 202.072, esses eventos ou condições, podem levantar dúvidas quanto à capacidade de continuidade da Companhia. Nesse contexto, a Administração realizou o aporte de capital no montante de R\$ 66.150, conforme descrito na nota explicativa 27, a fim de seguir com o cumprimento de suas obrigações legais, presentes, futuras e com terceiros, considerando o encerramento de suas atividades relacionadas ao seu objeto social atual, confirmando assim sua capacidade de cumprir suas obrigações. Os ativos e passivos relacionados ao seu objeto social atual, foram classificados como operações descontinuadas, e foram avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo, satisfazendo os critérios para sua classificação como operações descontinuadas pelos seguintes motivos:

- Os ativos estão disponíveis para venda imediata, podendo ser vendidos a um potencial comprador no seu estado atual;

- A Administração da Companhia tem plano para venda dos ativos remanescentes no exercício 2025.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados. Não houve alterações nas políticas contábeis relevantes no exercício de 31 de dezembro de 2024.

3.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2 ATIVOS FINANCEIROS

(a) MENSURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) MENSURADOS PELO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

(ii) DETERMINAÇÃO DE VALOR JUSTO DE ATIVOS FINANCEIROS

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado" e "Instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes" baseia-se na seguinte hierarquia:

• Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.

• Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.

• Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo. O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

Não houve alteração nas classificações dos níveis de ativos financeiros no exercício de 31 de dezembro de 2024.

3.3 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

3.3.1 INSTRUMENTOS DE "HEDGE"

As operações com instrumentos financeiros derivativos contratadas pelo Grupo Porto, alocados em carteira própria ou em fundos de investimentos fechados, referem-se a: (i) "swaps", que visam a proteção contra riscos cambiais oriundos dos passivos de captação de recursos ou a proteção contra variações adversas de taxa de juros das aplicações financeiras alocadas em fundos de investimentos; (ii) contratos futuros de juros prefixados, que sintetizam a exposição a juros; (iii) opções de índice futuro de Ibovespa, que sintetizam a exposição ao índice; (iv) contrato futuro de moeda, que sintetiza a exposição ao câmbio das aplicações financeiras em moedas estrangeiras; e (v) "hedge" de fluxo de caixa, cuja valorização ou desvalorização da parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários.

Esses instrumentos são mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado financeiro do exercício, simultaneamente à variação do valor justo do item objeto protegido. O valor justo dos derivativos é calculado com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de valor de câmbio e taxa de juros de mercado, divulgadas pela B3.

No início das operações de "hedge", a Companhia documenta a relação entre ele e o item objeto do "hedge" com seus objetivos e estratégias na gestão de riscos, além disso, a Companhia verifica, ao longo de toda a duração do contrato, sua efetividade. Os valores justos dos derivativos estão demonstrados na nota explicativa nº 15.

3.4 RECEBÍVEIS (CLIENTES)

Incluem-se nesta categoria os recebíveis de clientes que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, e são avaliados por "impairment" a cada data de balanço.

3.5 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS ("IMPAIRMENT") - RECEBÍVEIS

Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou "impaired". Para a análise de "impairment", a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

A metodologia utilizada é a de perda incorrida, que considera a existência de evidência objetiva de "impairment" para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares (tipos de contrato de seguro, "ratings" internos, etc.) e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria.

3.6 BENS À VENDA

Compreendem veículos retornados após o encerramento dos contratos de locação e que atualmente estão disponíveis para venda. Os veículos estão registrados a 77% da tabela FIPE.

3.7 IMOBILIZADO

O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada (exceto para terrenos que não são depreciados). O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso.

A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 12.

3.8 INTANGÍVEL

Os gastos com aquisição e implantação de "softwares" e sistemas são reconhecidos como ativos quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de "softwares" são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de reais, exceto para informações sobre resultado por ação)

	Nota explicativa	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Receitas líquidas de serviços prestados.....	21	88.709	261.901
Despesas operacionais.....	22	(75.911)	(103.570)
Despesas administrativas.....	23	(40.650)	(63.387)
Despesas comerciais.....		(8.670)	(12.442)
Resultado operacional antes do resultado financeiro.....		(36.522)	82.502
Receitas financeiras.....	24	12.692	11.963
Despesas financeiras.....	24	(66.769)	(166.097)
Resultado financeiro.....		(54.077)	(154.134)
Resultado operacional.....		(90.599)	(71.632)
Ganhos e perdas com ativos não correntes.....		(3.135)	(65.530)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social.....		(93.734)	(137.162)
Imposto de renda e contribuição social.....	11.2	143	(26.429)
Diferido.....		143	(26.429)
Prejuízo do exercício das operações descontinuadas.....		(93.591)	(163.591)
Resultado por ação básico e diluído por ação:.....	26	0,0257	0,8733

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de reais)

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Prejuízo do exercício das operações descontinuadas	(93.591)	(163.591)
Outros resultados abrangentes	13.688	685
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:		
Resultado com "hedge" de fluxo de caixa.....	20.737	1.000
Efeitos tributários sobre resultado com "hedge" de fluxo de caixa.....	(7.050)	(340)
Resultado com ganhos e perdas atuariais.....	2	38
Efeitos tributários sobre resultado com ganhos e perdas atuariais.....	(1)	(13)
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido dos efeitos tributários.....	(79.903)	(162.906)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de reais)

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Caixa líquido atividades operacionais.....	(41.151)	(14.041)
Caixa consumido nas operações.....	(66.638)	(132.669)
Prejuízo do exercício das operações descontinuadas.....	(93.591)	(163.591)
Depreciação e amortização.....	26.953	30.922
Variações nos ativos e passivos.....	98.460	187.007
Ativos financeiros.....	(10.855)	(102.639)
Contas a receber de clientes.....	31.572	17.639
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	-	33.730
Outros ativos.....	49.993	6.720
Obrigações a pagar.....	(13.949)	(53.393)
Passivos financeiros.....	38.583	286.627
Operações de arrendamento.....	(10.343)	1.470
Outros passivos.....	13.459	(3.147)
Outros.....	(72.973)	(68.379)
Juros sobre captação de recursos pagos.....	(72.973)	(68.379)
Caixa líquido atividades de investimento.....	606.875	646.728
Aquisição de imobilizado.....	-	(7.188)
Aquisição de intangível.....	-	(649)
Alienação de imobilizado.....	606.875	654.565
Caixa líquido atividades de financiamento.....	(560.603)	(650.597)
Aumento de capital.....	30.000	55.000
Aquisição de empréstimos.....	-	184.362
Pagamento de empréstimos (exceto juros).....	(590.603)	(889.950)
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	5.121	(17.910)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa.....	6.412	24.322
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa.....	11.533	6.412

A amortização do ativo intangível com vida útil definida é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de amortização utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 13.

3.9 ATIVOS DE DIREITO DE USO

Referem-se aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país. Esses ativos são mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento, descontado a valor presente. Também são adicionados (quando existirem) custos incrementais que são necessários na obtenção de um novo contrato de arrendamento que de outra forma não teriam sido incorridos.

3.10 DEBÊNTURES, EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os passivos de empréstimos e financiamentos, provenientes das operações de financiamentos de ativo imobilizado e de fluxo de caixa, são reconhecidos inicialmente ao valor justo, líquido de custos de transações incrementais diretamente atribuíveis à origem do passivo. Esses passivos são avaliados subsequentemente: (i) ao custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros, que leva em consideração os custos de transação, e os juros são apropriados até o vencimento dos contratos; ou (ii) designados ao valor justo por meio do resultado.

3.11 PROVISÕES JUDICIAIS, DEPÓSITOS JUDICIAIS E PASSIVOS CONTINGENTES

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Companhia e as constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro, seguindo os princípios do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

3.12 PASSIVO DE ARRENDAMENTO

Referem-se aos passivos de ar

Mobitech Locadora de Veículo S.A.

CNPJ/MF nº 19.091.996/0001-16

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - 3º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP



→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.14 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 anuais. A provisão para contribuição social é calculada à alíquota vigente de 9%.

Os impostos e tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

4. USO DE ESTIMATIVA E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação:

- (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros;
- (ii) das provisões técnicas;
- (iii) da provisão para risco de créditos ("impairment");
- (iv) da realização dos tributos diferidos; e
- (v) das provisões e contingências para processos administrativos e judiciais.

A liquidação das transações que envolvem essas estimativas, principalmente na provisão para riscos de créditos poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

4.1 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E "IMPAIRMENT" DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis de clientes. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para "impairment", conforme descrito na nota explicativa nº 3.5.

4.2 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

5. GESTÃO DE RISCOS

Em razão do grande número de negócios em que atua, o Grupo Porto está naturalmente exposto a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, há necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, os quais são altamente estratégicos para o Grupo.

Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, o Grupo Porto adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades, os quais são formalizados em políticas específicas. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem do Grupo Porto para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três linhas:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dados os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, o Grupo Porto possui o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo revisar e aprovar e monitorar o Apetite ao Risco do Grupo, monitorar o apetite ao risco e propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de riscos.

Destaca-se que no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, quando comparado com o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, houve mudanças relevantes nos riscos de liquidez, uma vez que as durações médias dos principais ativos e passivos da Companhia sofreram alterações relevantes, devido a estratégia da Companhia para a descontinuidade operacional conforme nota explicativa 2.2.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias, assim como os detalhes quanto às devidas exposições:

5.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pelo risco de contraparte, que é a possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros.

5.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual não capacidade do cumprimento eficiente das suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela escassez de ativos ou pela impossibilidade de realização tempestiva dos seus ativos. Neste sentido, a Companhia possui controles robustos com o objetivo de manutenção seus níveis de liquidez em patamares adequados.

Para isto, são definidos limites de caixa mínimo, com base às projeções dos fluxos de caixa de cada negócio/empresa. Como forma de complementar tais limites, são realizadas simulações de cenários (teste de estresses), assim como definição em política de plano de contingência de liquidez. Além do monitoramento diário do caixa de cada empresa, mensalmente é realizado Comitê de Capital e Liquidez, o qual possui a responsabilidade da manutenção da liquidez em prol dos objetivos estratégicos do Grupo Porto, em linha com os critérios e definições estabelecidos em política.

5.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devido a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Porto, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para a efetiva gestão do risco de mercado.

5.4 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal também está contido no risco operacional e está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Companhia, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

Na identificação dos eventos de riscos, são consideradas avaliações de eventos materializados e não materializados mas que possam vir a ocorrer, como avaliação de indicadores-chaves de riscos geridos pelas áreas operacionais e de negócio, avaliações de fluxo do processo "Risk and Control Self Assessment" - RCSA, além da Base de Dados de Perdas Operacionais - BDPO, que apresenta informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos. Uma das métricas de monitoramento são os "Key Risk Indicators" - KRI que tratam-se de indicadores-chaves de risco operacional, os quais auxiliam na avaliação de ineficiências, indicando necessidade de ações de controle de eventos críticos.

5.5 RISCOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

Os riscos sociais, ambientais e climáticos correspondem à possibilidade de ocorrência de perdas para o Grupo Porto devido a fatores de origem social, ambiental ou climática relacionados aos negócios da Porto e suas controladas. Adicionalmente, consideram-se também as perdas que o Grupo Porto pode ocasionar junto a terceiros também devido aos fatores acima mencionados.

Em conformidade com os requisitos regulatórios estabelecidos e alinhado aos princípios, diretrizes e responsabilidades do Grupo Porto, assim como aos mecanismos de avaliação, monitoramento e mitigação de riscos socioambientais e climáticos, a Companhia, por meio de sua atuação na governança de suas participações, realiza a implementação de práticas de gestão de riscos em toda a holding, integrando-as com outros aspectos de risco.

Neste sentido, estabeleceu-se de forma corporativa a identificação, a avaliação, o tratamento, a mitigação e o monitoramento dos riscos sociais resultantes de impactos no bem-estar das pessoas, os riscos ambientais relativos à possibilidade de efeitos nocivos causados pela Companhia e os riscos climáticos que devido a eventos e mudanças climáticas podem gerar um impacto no ecossistema e na sociedade.

Para o gerenciamento desses riscos, é avaliado a exposição de cada produto ou negócio, além do desenvolvimento de indicadores para monitoramento contínuo dos principais riscos.

6. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em alocar o capital de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e acionista, por meio da otimização do nível e fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazos, incluindo em situações adversas, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência.

O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano fundamentado em premissas de crescimento de negócios, fontes de capital, o ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio. Adicionalmente, são realizadas projeções com base em cenários históricos ou situações que possam afetar significativamente o resultado do Grupo Porto, por meio de aplicação de testes de estresse e avaliação de seus impactos nos índices de capital.

Neste sentido, o Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papéis e responsabilidades.

O gerenciamento de capital é realizado pela Vice-Presidência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e da política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Equivalentes de caixa (*)	9.232	2.554
Depósitos bancários	2.301	3.858
	11.533	6.412

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas principalmente, em Letras do Tesouro Nacional (LTNs).

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

8.1 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO VALOR JUSTO

8.1.1 POR MEIO DO RESULTADO (VJR)

	Dezembro de 2024			Dezembro de 2023		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Fundos exclusivos						
Cotas de fundos						
de investimento	3.903	-	3.903	188	-	188
Debêntures	-	2.624	2.624	-	19.849	19.849
Letras financeiras - privadas	-	476	476	-	14.365	14.365
CDBs	-	56	56	-	58	58
LTNs	-	-	-	37.728	-	37.728
LFTs	-	-	-	32.435	-	32.435
Total - circulante	3.903	3.156	7.059	70.351	34.272	104.623
% das aplicações classificadas nesta categoria:			4 %			67 %
Total das aplicações			166.859			156.004

8.2 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO CUSTO AMORTIZADO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
	Nível 1	Nível 1
Fundos exclusivos		
NTN - B.....	100.983	51.381
LTN.....	58.817	-
Total.....	159.800	51.381
Não circulante.....	159.800	51.381
% das aplicações classificadas nesta categoria:....	96 %	33 %
Total das aplicações.....	166.859	156.004

8.3 TAXA DE JUROS CONTRATADAS

	Taxas de juros % (a.a.)	% (a.a.)
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Equivalentes de caixa.....	12,13	11,63
Fundos exclusivos.....		
LTN.....	12,77	10,86
NTNs B - IPCA.....	5,76	5,13
LFTs (SELIC + Ágio/Deságio).....	-	0,14

12. IMOBILIZADO

12.1 COMPOSIÇÃO

	Dezembro de 2024			Dezembro de 2023		
	Taxas de depreciação (% a.a.)	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Custo	Depreciação acumulada
Veículos e equipamentos locados a terceiros.....	7,1	22.084	(2.871)	22.084	674.412	(28.905)
Móveis, máquinas e utensílios.....	10	-	-	-	25	(2)
Outras Imobilizações.....	20	-	-	-	1.597	(542)
		22.084	(2.871)	19.213	676.034	(29.449)

12.2 MOVIMENTAÇÃO

	Movimentações		
	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023	Despesas de depreciação	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024
Veículos e equipamentos locados a terceiros.....	645.506	(716.992)	(23.396)
Móveis, máquinas e utensílios.....	23	(20)	(3)
Outras Imobilizações.....	1.055	(603)	(452)
	646.584	(716.992)	(23.851)

(i) Refere-se substancialmente as baixas do imobilizado (vendas e perdas) que tem como contrapartida o imobilizado e o resultado na ocasião de redução ao valor recuperável dos veículos.

(ii) O saldo refere-se à transferência de veículos no exercício, cuja contrapartida ocorreu entre as rubricas patrimoniais de imobilizado e bens a venda.

13. INTANGÍVEL

13.1 COMPOSIÇÃO

	Dezembro de 2024			Dezembro de 2023		
	Taxas amortização (% a.a.)	Custo	Amortização - Valor acumulado	Valor líquido	Custo	Amortização - Valor acumulado
"Software" (i).....	20,0	-	-	6.084	(1.474)	4.610
		-	-	6.084	(1.474)	4.610

14. ATIVO DE DIREITO DE USO

14.1 COMPOSIÇÃO

	Dezembro de 2024			Dezembro de 2023		
	Taxas anuais amortização (%)	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada
Imóveis.....	20,0	7.953	(7.953)	-	9.661	(6.454)
						3.207

8.4 MOVIMENTAÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Saldo inicial.....	162.416	77.687
Aplicações.....	658.854	722.533
Rendimentos.....	8.894	10.200
Resgates.....	(651.772)	(648.005)
Saldo final.....	178.392	162.416

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Seminovos.....	28.710	4.607
Locação.....	13.647	67.997
Provisão para risco de crédito.....	(17.405)	(16.080)
	24.952	56.524

9.1 "AGING" A RECEBER DE CLIENTES

	Dezembro de 2024		Dezembro de 2023	
	Contas a receber de clientes	Provisão de crédito	Contas a receber de clientes	Provisão de crédito
A vencer.....	19.586	-	19.586	-
Vencidos de				
1 a 30 dias.....	3.692	-	3.692	-
Vencidos de				
31 a 60 dias....	1.674	-	1.674	-
Vencidos de				
61 a 90 dias....	1.594	(1.594)	-	1.759
Vencidos de				
91 a 120 dias..	3.950	(3.950)	-	1.405
Vencidos de 121 a 150 dias.....	814	(814)	-	2.196
Vencidos de 151 a 240 dias.....	843	(843)	-	1.335
Vencidos de 241 a 360 dias.....	10.205	(10.205)	-	11.144
	42.358	(17.406)	24.952	72.604

10. BENS À VENDA

Referem-se a veículos retornados após o encerramento dos contratos de locação e que atualmente estão disponíveis para venda em suas condições atuais e, sua venda em prazo inferior a um ano é altamente provável, razão pela qual são mantidos no ativo circulante. O saldo de bens a venda diminuiu expressivamente em decorrência do encerramento das operações conforme nota 2.2.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

	Dezembro de 2023	Cons-tituição	Reversão/ Realização	Dezembro de 2024
IR e CS sobre prejuízo fiscal e base negativa.....	-	162.906	(162.906)	-
Diferenças temporárias decorrentes de:				
Provisão para riscos de créditos	10.282	29.497	(24.417)	15.362
Provisão para obrigações legais	-	-	-	-
PIS e COFINS sobre PSL e IBNR	-	-	-	-
Provisão sobre ajustes em instrumentos financeiros.....	-	-	-	-
Provisão sobre processos judiciais - cíveis e trabalhistas..	-	650	(28)	622
Provisão de participação de lucros.....	547	587	(682)	452
IR e CS sobre IFRS 17.....	-	-	-	-
Lei do Bem.....	-	-	-	-
Outras provisões.....	(10.352)	60.298	(65.901)	(15.955)
	477	253.938	(253.934)	481

11.1 ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, a expectativa de realização do ativo diferido será realizado integralmente em 2025.

11.2 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Resultado antes do IRPJ e da CSSL (A).....	(93.734)	(137.162)
Alíquota vigente.....	34 %	34 %
IRPJ e CSSL (a taxa nominal) (B).....	31.870	46.635
Doações/incentivos.....	-	(16)
Baixa para perda.....	-	(72.923)
Outros.....	(31.727)	(125)
Total dos efeitos do IRPJ e da CSSL sobre as diferenças permanentes (C).....	(31.727)	(73.064)
Total de IRPJ e CSSL (D = B + C).....	143	(26.429)
Taxa efetiva (D/A).....	-0,2 %	19,3 %

	Dezembro de 2024			Dezembro de 2023		
	Taxas de depreciação (%					

Mobitech Locadora de Veículo S.A.

CNPJ/MF nº 19.091.996/0001-16

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - 3º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP



→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Referem-se aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país. Esses ativos são mensurados pelo fluxo de caixa dos passivos de arrendamento, descontado a valor presente. Também são adicionados (quando existir) custos incrementais que são necessários na obtenção de um novo contrato de arrendamento que de outra forma não teriam sido incorridos (vide nota explicativa nº 3.9).

14.2 MOVIMENTAÇÃO

Saldo em 31 de dezembro de 2023	Movimentações		Saldo em 31 de dezembro de 2024
	Constituição/baixa de contratos	Despesas de amortização	
Imóveis	(1.360)	(1.847)	—
	3.207		

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A Companhia possui "hedge" de fluxo de caixa oriundos de captação de moeda estrangeira (vide nota explicativa nº 3.3.1), demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Valor justo		
Passivo financeiro (objeto de "hedge")	254.792	410.618
Contrato de "swap"	(255.047)	(423.753)
Total (A)	(255)	(13.135)
Estratégias - Curva		
"Hedge" de captações	253.551	405.614
Contrato de "swap"	(254.014)	(405.959)
Total (B)	(463)	(345)
Instrumentos financeiros (A+B)	(718)	(13.480)

A redução comparada ao exercício anterior refere-se ao vencimento da debênture no valor principal de R\$ 400.000 conforme detalhado na nota explicativa nº 17.2.

16. OBRIGAÇÕES A PAGAR

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Fornecedores	4.588	4.903
Participação nos resultados	997	1.192
"Swap" (i)	718	13.480
Transações com partes relacionadas (ii)	523	508
Provisão de benefícios a empregados	153	383
Adiantamento de Clientes	—	2.708
Outras	5.343	3.097
	12.322	26.271
Circulante	12.172	26.078
Não circulante	150	193

(i) Vide nota explicativa nº 15.

(ii) Vide nota explicativa nº 25.

17. PASSIVOS FINANCEIROS

17.1 COMPOSIÇÃO EMPRÉSTIMOS

Papel/Emissão	Valor principal	Vencimento	Encargos	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
CCB - capital de giro - BRL	200.000	2024	Pré 14,99%	229.445	229.445
	20.362	2028	Pré 17,14%	18.581	18.581
Nota comercial	100.000	2023	CDI + 1,88%	101.537	101.537
Mútuo	100.000	2023	CDI + 1,88%	21.924	21.924
				371.487	371.487

No decorrer de 2024, o CCB, nota comercial e o mútuo com a controladora indireta Porto S.A. foram quitados em sua plenitude.

17.2 COMPOSIÇÃO DEBÊNTURES

Valor principal	Vencimento	Encargos	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
400.000	2024	CDI + 1,35%	—	101.415
400.000	2025	CDI + 1,31%	253.553	405.644
			253.553	507.059

17.3 MOVIMENTAÇÃO EMPRÉSTIMOS E DEBÊNTURES

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Saldo inicial	878.546	1.365.895
Aquisição/constituição	—	184.362
Atualização monetária/juros	41.924	218.248
Liquidação/reversão	(666.917)	(889.959)
Saldo final	253.553	878.546
Circulante	253.553	432.397
Não circulante	—	446.149

18. PROVISÕES JUDICIAIS

18.1 PROVÁVEIS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Cíveis	1.737	990
Trabalhistas	92	93
Fiscais (*)	—	10.239
	1.829	11.322

(*) A Companhia ingressou com uma ação judicial para contestar a Lei 17.302/20, que alterou indevidamente a data de pagamento do IPVA para veículos de locação. Essa mudança legislativa exigia o pagamento do imposto a partir de março de 2021, afastando benefício fiscal a que a Companhia fazia jus e gerando um débito retroativo. O Juízo deu integral provimento ao pedido da Companhia e todos os recursos posteriores da Fazenda de São Paulo foram indeferidos, de modo que o processo transitou em julgado em favor da Companhia. Com essa decisão favorável, o saldo devedor da Companhia referente ao IPVA foi totalmente baixado, evitando um prejuízo significativo.

18.1.1 MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES JUDICIAIS PROVÁVEIS

Saldo em 31 de dezembro de 2023	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
	10.239	93	990	11.322
Constituições	—	91	1.012	1.103
Êxito/reversões	(10.845)	(95)	(177)	(11.117)
Pagamentos	—	—	(274)	(274)
Atualização monetária	606	3	186	795
Saldo em 31 de dezembro de 2024	—	92	1.737	1.829
Quantidade de processos prováveis	—	2	72	74

18.2 POSSÍVEIS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Cíveis	744	713
Trabalhistas	—	2
	744	715

19. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

	Passivo de arrendamento	Juros a apropriar de contratos de arrendamento	Passivo de arrendamento líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.136	(1.079)	4.057
Pagamentos	(2.764)	—	(2.764)
Constituição de novos contratos, baixas e cancelamentos	(1.360)	—	(1.360)
Apropriação dos juros	—	67	67
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.012	(1.012)	—

20. CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito e integralizado era de 269.250 representado por 3.820.606.304 ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal (R\$239.250 representado por 1.751.586.896 unidades em 31 de dezembro de 2023).

A AGE realizada em 23 de janeiro de 2024, deliberou aumento de capital social no montante de R\$30.000, mediante a emissão de 2.069.019.408 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

21. RECEITA

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Receita de serviços	97.785	288.631
COFINS	(7.432)	(21.936)
PIS	(1.613)	(4.762)
ISS	(31)	(50)
Outras	—	18
	88.709	261.901

22. DESPESAS OPERACIONAIS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Provisão para riscos de créditos	(31.863)	(16.714)
Localização e funcionamento	(29.528)	(85.119)
Depreciação	(23.475)	(28.904)
Crédito de PIS e COFINS sobre despesas operacionais	8.955	27.167
	(75.911)	(103.570)

23. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Pessoal	(16.968)	(20.480)
Serviços de terceiros	(12.762)	(23.779)
Localização e funcionamento	(6.123)	(11.483)
Custos corporativos	(4.156)	(7.164)
Publicidade	(77)	(96)
Outras	(564)	(385)
Total	(40.650)	(63.387)

DIRETORIA

MARCOS ROBERTO LOUÇÃO
Diretor Presidente

CELSO DAMADI
Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos

ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES
Diretora Jurídica e Riscos

RAFAEL VENEZIANI KOZMA
Diretor de Controladoria

ADRIANO ARRUDA DE OLIVEIRA
Diretor de Negócios

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas da **Mobitech Locadora de Veículos S.A.**
São Paulo - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da **Mobitech Locadora de Veículos S.A.** ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mobitech Locadora de Veículos S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa de entidade em liquidação para o exercício findo nessa data, de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com ouas demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Enfase
As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram elaboradas considerando a decisão da Diretoria que, no contexto atual da Companhia relativo a falta de incentivos e resultados positivos, conforme notas explicativas n.ºs. 2.2 e 11, decidiram pelo encerramento de suas operações. Essas demonstrações financeiras foram preparadas em base de liquidação considerando o pressuposto de encerramento das atividades. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

24. RESULTADO FINANCEIRO

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Receita com aplicações financeiras	9.097	10.201
Outras	3.595	1.762
Total de receitas financeiras	12.692	11.963
Despesas com empréstimos	(64.850)	(162.798)
Despesas com aplicações financeiras	(203)	—
Outras	(1.716)	(3.299)
Total de despesas financeiras	(66.769)	(166.097)
Resultado financeiro	(54.077)	(154.134)

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações comerciais da Companhia são efetuadas a preços e condições normais de mercado. As principais transações são:

- (i) Contas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de pessoal da ligada Porto Cia;
- (ii) Prestação de serviços do seguro-saúde contratados da ligada Porto Saúde;
- (iii) Prestação de serviços de "Call Center" contratados da Porto Atendimento;
- (iv) Convênio de utilização do meio de pagamento cartão de crédito com a Portoseg; e,
- (v) Prestação de serviços de assistência automotiva e residencial com a CDF.

Os saldos das transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023	Passivo de 2024	Passivo de 2023
Porto Cia.	331	330	—	—
Portoseg	190	164	—	—
Porto Consórcio	2	14	—	—
Porto Seguro S.A.	—	21.994	—	—
	523	22.502		

	Receitas		Despesas	
	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Porto Cia.	1.455	13.577	(2.368)	(10.838)
Portoseg	210	1.011	(2.013)	(1.324)
Renova	19	62	(154)	(23)
Porto Consórcio	2	1	(45)	(300)
Porto Investimentos	—	—	(29)	(85)
Porto Atendimento	—	—	(2.061)	(5.338)
CDF	—	—	(1.093)	(6.303)
Porto Saúde	—	—	(1.088)	(1.595)
Porto Seguro S.A.	—	—	(10.638)	—
Porto Gestora	—	—	(36)	—
Itaú Auto e Residência	—	16	—	—
Porto Assistência Participações	—	—	(2.623)	—
	1.686	14.667	(22.148)	(25.806)

(i) Em 2024 a Porto Assistência foi incorporada na empresa CDF S.A.

26. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico da Companhia é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o exercício.

A Companhia não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo (conforme definido pelo CPC 41- Resultado por Ação) sobre o lucro por ação do exercício. Dessa forma, o resultado por ação básico que foi apurado para o exercício é igual ao resultado por ação diluído, conforme demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2024	Dezembro de 2023
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(93.591)	(163.591)
Média ponderada do número de ações durante o exercício	3.648.188	187.332
Resultado por ação básico e diluído (R\$)	0,0257	0,8733

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

No dia 04 de fevereiro de 2025 foi aprovado e pago o aumento de capital no montante de R\$ 66.150 para liquidação de forma antecipada das debêntures (vide nota 17.2).

São Paulo, 19 de fevereiro de 2025



Shape the future with confidence

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O
Diana Yukié Naki dos Santos
Contadora CRC-SP300514/O



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

Todo
cuidado
é Porto.



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>